

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA CONCEPÇÃO DA IDEOLOGIA DE MERCADO

CÉSAR ANTONIO SCHWERTZ



contexto
educação

RESUMO

A escola brasileira é incapaz de desenvolver nos educandos as competências necessárias à inserção na nova dinâmica produtiva, mais intelectualizada. O ensino escolar tem assumido um caráter eminentemente pragmático e imediatista, baseado na relação mercantil entre escola, educadores e educandos. A ação pedagógica tende a ser unilateral, do professor ao aluno, baseada nas demandas do mercado de trabalho. É preciso que alunos e professores assumam a importância da teoria, da metodologia e da avaliação durante a formação profissional.

Palavras-chave: *avaliação, aprendizagem, ideologia de mercado.*

Aceito para publicação em abril de 2001

LA PRACTICA PEDAGÓGICA EN LA CONCEPCIÓN DE LA IDEOLOGÍA DE MERCADO

RESUMEN: *La escuela brasileña es incapaz de desarrollar en los educandos las competencias necesarias para la inserción de la nueva dinámica productiva, pero intelectualizada. La enseñanza escolar ha asumido un carácter eminentemente pragmático e imediano, basado en la relación infantil entre escuela, educadores y educandos. La acción pedagógica tiende a ser unilateral, del profesor al alumno, basada en las demandas del mercado de trabajo. Es necesario que alumnos y profesores asuman la importancia de la teoría, de metodología y de evaluación durante la formación profesional.*

Palabras-clave: *evaluación, aprendizaje, ideología de mercado.*

PEDAGOGIC PRACTICE IN THE NOTION OF MARKET IDEOLOGY

ABSTRACT: *Brazilian schools are incapable of developing in the students the needed competences for insertion in the new productive and more intellectualized dynamic. School teaching has taken an eminently pragmatic character and of being immediate, based on the commercial relationship between schools, teachers and students. A pedagogic activity tends to be unilateral, from teacher to student, based on the demands of the work market. It is necessary that students and teachers take on the importance of the theory, methodology and evaluation during the shaping of the professional.*

Keywords: *evaluation, learning, market ideology.*

Ser radical é atacar
o problema pela raiz.
E a raiz, para o homem,
é o próprio homem.

Marx

O terceiro milênio será um marco importante na revolução da formação do homem, desenvolvendo habilidades de flexibilidade, de adaptabilidade e, principalmente, pelo desenvolvimento das capacidades intelectuais, inerentes à sua natureza. Assim, quer-se, para o próximo milênio, um ser pensante, objetivo e adaptável às grandes e aceleradas mudanças socioeconômicas e políticas do mundo contemporâneo.

Esse discurso, pela repetição diuturna, vem se transformando em uma verdade já dada, pronta e consolidada na consciência de nossos alunos e de nossos dirigentes em educação.

O senso comum que se estabeleceu a partir desse discurso está fundamentando ações e práticas distorcidas, conduzindo a um processo de desvalorização das capacidades ou potencialidades inerentes ao ser humano. As práticas de sala de aula desacreditam da capacidade do aluno em construir essas potencialidades, pois não possibilitam a busca de uma independência cognitiva e muito menos desenvolvem habilidades capazes de acompanhar o processo de mudanças preconizadas pelo discurso oficial.

A desvalorização do aluno se efetiva quando, em sala de aula, o professor apresenta uma metodologia que, na afirmação de Duarte (p.68), produz

uma mentalidade altamente pragmática, centrada apenas no hoje, no aqui e no agora, criando uma aversão àquilo que Saviani [...] denominou “clássico”, no saber socialmente produzido, uma aversão à teoria considerada inútil e uma valorização do banal, dos casos pitorescos ocorridos no cotidiano de cada indivíduo, uma valorização do fácil, do útil, do que não exige questionamento, crítica, raciocínio.

Essa prática educativa vem associada à concepção de que o professor é um produtor de mercadoria, sendo o aluno o seu consumidor. Assim, na relação de “clientes dependentes”, o comprador, o

aluno (que paga mensalidades) determina a espécie do produto (conteúdo e metodologia prazerosos) a ser consumido. Nessa relação, Duarte (p.68) enfatiza:

O cotidiano doméstico mais alienado possível torna-se o padrão de comportamento até mesmo nas aulas do ensino superior, nos cursos de pós-graduação, especialmente na maioria das faculdades e universidades particulares, onde o aluno sente-se um patrão do professor pelo fato de o salário deste vir do pagamento de mensalidades. Cada vez mais o professor tem de justificar aos seus alunos por que ensinar isto ou aquilo, qual a “utilidade” do conhecimento que espera que seus alunos aprendam.

Reflete-se nitidamente a mentalidade do “practicum”, que orienta à uma ciência do concreto e do pragmatismo ou tática da sobrevivência. Estes pragmatismo e determinismo do “conhecimento” exigido pelo cliente consumidor (aluno), traz consigo ainda, o direito de julgamento de quem produz a suposta “mercadoria”, o professor. Segundo Cunha (1999, p.17):

As transformações nos mecanismos de delegação de competência do poder político influenciaram decisivamente a delegação jurídica do poder dos professores que não só legitima o exercício competente do direito de julgar, sentenciar ou avaliar, como também tende a acautelar esse exercício de questionamento por parte do mundo não-escolar. [...] a desvalorização dos diplomas escolares contribuiu para uma diminuição da importância social concedida à avaliação escolar; assiste-se não só a uma defasagem cada vez maior entre os títulos e diplomas escolares e as posições do mundo do trabalho, como se tem vindo a assistir à instituição, no interior do campo escolar, de um conjunto de dispositivos burocráticos-administrativos que inibem o exercício do poder de avaliar, nomeadamente quando tal poder se exprime pela sanção máxima prevista neste domínio: a reprovação do aluno.

O poder de julgamento, no caso da avaliação, numa concepção mercadológica, inverte-se, pois quem avalia é o consumidor e não o produtor, assim o poder de avaliar a ação pedagógica passou a ser exclusivamente do aluno (consumidor). A ação pedagógica é interpretada apenas sob uma única direção: Professor → Aluno. Assim, como a ação incide exclusivamente sob o aluno e sob a ótica pragmática e de sobrevivência (adaptação ao mercado de trabalho) a

avaliação ocorre na direção inversa: Professor ← aluno, tendo como parâmetro para a avaliação as determinações da ideologia de mercado.

Podemos demonstrar essa relação da seguinte forma:



Essa prática consensual nos permite realizar algumas análises importantes. Em primeiro lugar, entendemos que essa forma de pensar e agir retira totalmente a responsabilidade e o compromisso do professor em estar permanentemente em processo de estudos, pois a exigência resume-se à sua mudança de comportamento, à adaptação às exigências mercadológicas, ou seja, às ações externas e individuais. Em segundo lugar, a maneira como se está pensando o processo educativo tornar os alunos cada vez mais dependentes da instituição escolar e não lhes possibilitar autonomia para a superação de suas necessidades. Em terceiro lugar, é utópico o entendimento de que a formação para o trabalho garante o acesso ao mercado de trabalho, isso porque o mercado é dinâmico e as mudanças ocorrem rapidamente. Em quarto lugar, a ação pedagógica preconizada pela ideologia de mercado leva o professor a desacreditar nas capacidades do aluno, tomando-o como um ser inativo, pois provoca apenas mudanças comportamentais de adaptação e a conseqüente formação de um senso comum, da não-crítica e do repúdio ao teórico, como princípio fundamental da prática e vice-versa.

Necessário se faz, neste momento crítico de indefinições quanto ao papel do professor e do aluno, neste processo educativo, onde o mercado impõe regras obscuras e contraditórias, tornando essa relação um conflito sem opções de solução, implementar discussões sobre o papel das instituições de ensino e a postura de professores e alunos.

As práticas atuais que vivenciamos nos mostram uma realidade em que o professor simplesmente assume um papel de operário/ produtor de conhecimentos e o aluno um cliente receptor/comprador desse conhecimento, tendo como referencial para avaliar a qualidade desse “produto” as regras do mercado (emprego e utilidade).

É preciso que tanto alunos como professores entendam que a formação profissional é uma ação mais efetiva e que exige do professor teoria, metodologia e avaliação do processo, a fim de desenvolver o máximo das potencialidades de cada aluno. O aluno não pode conceber que a não-teoria e não-avaliação sejam fatores indicativos de qualidade. O conceito de qualidade deve estar vinculado a indicadores de desenvolvimento intelectual, formação científica e capacidade de resolução de problemas ao longo de sua vida pessoal ou profissional. Muitos alunos têm interiorizado o conceito de qualidade como sinônimo de facilidade, notas dadas sem esforço qualquer, numa aprendizagem pautada no aprender a aprender, buscando conhecimentos que lhes são de fácil assimilação e que não os comprometem com nada. A expressão “aprender a aprender”, aqui utilizada, está vinculada à interpretação dada por Duarte (p.8):

O lema “aprender a aprender” é a forma alienada e esvaziada pela qual é captada, no interior do universo ideológico capitalista, a necessidade de superação das formas unilaterais de educação é real, objetivamente criada pelo processo social, mas é preciso distinguir entre necessidade real e as formas alienadas de proposições de soluções para o problema. O lema “aprender a aprender”, ao contrário de ser um caminho para a superação do problema, isto é, um caminho para uma formação plena dos indivíduos, é um instrumento ideológico da classe dominante para esvaziar a educação escolar destinada à maioria da população enquanto, por outro lado, são buscadas formas de aprimoramento da educação das elites.

Diante disso, não podemos nos deixar levar por lemas obsoletos, que distorcem o real sentido da prática educativa, encobrendo a responsabilidade e o verdadeiro papel do professor e das instituições educacionais. Os alunos e os professores precisam unir-se para resgatar a seriedade da construção de um saber científico, crítico, real e que possa construir uma sociedade mais justa, respeitando a dignidade de cada um e a singularidade das comunidades, repudiando o fácil, a avaliação sem conteúdo, sem trabalho, sem exigências da

parte do professor e dos alunos, pois quanto menor for o nível de exigências do professor, tanto menor será, também, o comprometimento do professor e as conseqüências para o aluno serão catastróficas, pois a aula, resume-se então, apenas em uma conversa de pessoas, sobre assuntos alheios e despojados de qualquer preocupação com o futuro do aluno e da própria sociedade.

O processo educativo é muito mais importante e complexo do que a formação pura e simples do aluno para o trabalho. O trabalho não pode ser apenas entendido como a ação humana voltada exclusivamente à produção de bens materiais para comercialização. A mercadoria, objeto de comércio, é importante na sociedade capitalista, porém, o homem não pode reduzir-se a um instrumento de produção de mercadorias.

Segundo Frigotto (1984, p.82):

Ao converter-se em autônomo, o próprio instrumento de trabalho passa a enfrentar o trabalhador como capital. O instrumento de trabalho deixa de ser uma expressão da atividade subjetiva do trabalhador para se transformar na expressão personificada do capital que utiliza o trabalhador como instrumento. Em segundo lugar, a objetivação do processo de produção, ainda que não possa ser explicada senão como o coroamento dos desígnios do capital em extrair um volume crescente de trabalho não-pago, significa a autonomização da estrutura técnica no sentido que a aplicação da ciência torna-se um critério que determina e estimula o desenvolvimento da produção imediata.

Com o avanço tecnológico, o saber é transferido à máquina retira-se a ciência do domínio do trabalhador comum e se estabelece um conflito no processo formativo deste trabalhador. Despreza-se a teoria e a subjetividade, durante o processo de desqualificação do trabalhador. Nada de teórico e nada de subjetivo, pois o mercado exige perfil de produtor de mercadorias: útil, quantificável e valorativo.

A ideologia neoliberal e globalizante, transformou-nos em modernos, porém, aumentou consideravelmente o índice de excluídos do processo produtivo.

Segundo Jiménez (2000, p.69),

Los sociólogos norteamericanos han construído una nueva categoría, “working poor”, los que se empobrecen trabajando. Y muestran cómo el salario/hora de estos grupos, que es el que no tiene certificado de estudios secundarios, en 1973 era de US\$11.83, y en 1994 es de US\$8.64.

O processo de modernização ridicularizou a capacidade de desenvolvimento do ser humano, tornando-o um ser vazio e desprovido de conhecimentos. De um momento para outro, o homem passou a não saber mais o porquê do desemprego e da redução drástica do poder aquisitivo da maioria. Isto resultou, conforme afirmação dos sociólogos americanos, no surgimento de categorias que “empobrecem trabalhando”, ou seja, os salários tendem a ser cada vez menores e o custo de sobrevivência cada vez maior.

Por outro lado, verifica-se o crescente índice de desigualdades resultantes dessa política econômica. Conforme Jiménez (2000, p.71):

El consumo de energía de un norteamericano es el equivalente al de 7 mexicanos, 55 hindúes, 168 tanzanios y 900 nepaleses. La relación rico-pobre muestra unas tablas que hablan por sí solas de la realidad latinoamericana.

Suécia	5 a 1
Índia	8 a 1
México	20 a 1
Brasil	33 a 1
Colômbia	40 a 1.

O acentuado crescimento da desigualdade tem reflexos importantes nas políticas educacionais e principalmente na prática educativa do professor. Exemplo desta interferência é a exigência do Fundo Monetário Internacional para reduzir os índices de repetência nos países subdesenvolvidos. A iniciativa tem levado as autoridades educacionais a tomarem medidas que estão desagradando os professores, os pais e os próprios alunos. A aprovação sem critério definido de aprendizagem e a proibição da reprovação tem causado sérios transtornos às atividades escolares. Os estudantes desdenham o ensino escolar que concede certificados de progressão nas séries, mesmo que a aprendizagem tenha sido insuficiente.

Nesse sentido, é necessário repudiar a baseada no pacto da mediocridade proposto pelo professor que nada exige e que, por conseqüência, nada ensina, mas que é simpático aos alunos porque dá boas notas. Essa forma de ensinar traz prejuízos incalculáveis aos alunos, aos professores e à própria instituição escolar, pois compromete o futuro do cidadão e a reconstrução da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

CUNHA, Maria Isabel da (Org.). *Desmistificando a profissionalização do magistério*. São Paulo: Papyrus, 1999.

DUARTE, Newton. *Vigotski e o "aprender a aprender"*. São Paulo: Autores Associados, sd.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1984.

JIMÉNEZ, Marco Raúl Mejía. Diseñar otra escuela desde la educación popular: ciudadanos del mundo, pero también hijos de la aldea, desiguales y excluídos. *Contexto & Educação*, n.59, Ijuí, Rio Grande do Sul, jul.-set. 2000, p.63-92.

